



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 19ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES-RS

1 No dia vinte e três do mês de novembro de 2017, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida
2 Borges de Medeiros, 1501/9º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de
3 pauta: **1) Informes e Expedientes; 2) Conferência Nacional de Vigilância em Saúde; 3)**
4 **Municipalização da Dermato; 4) Hospital Psiquiátrico São Pedro e Comissão de Saúde**
5 **Mental; 5) Hospital Regional de Santa Maria; 6) PAS 2018; 7) Planejamento para 2018; 8)**
6 **Relato de Comissões. Titulares:** Denize Cruz (SERGS), Alcidez Pozzobon (FEHOSUL), Claudeci
7 Dorneles (FEESSERS), Adão Zanadréa (FCD), Ana Valls (AGAPAN), Mara Soeiro
8 (SINDSEPE/RS), Károl Veiga (FGSM), Itamar Santos (FETAPERGS), Lotário Schilindwein
9 (CGTB), Carolina Gyenes (SPGG), Carlos Martins (FRACAB), Camila Giugliani (UFRGS), Jairo
10 Cardoso (CRN2), Eni Bahia (CNBB), Claudio Augustin (CUT), Helena Ransolin (SINDIFARS),
11 João de Deus (FRACAB), Teresinha Cardoso (SES), Sandra Leon (CRPRS), Aglaé Silva (SES),
12 Fernando Prati (CREFITO), Sheila Vilas Boas (SOERGS), Jairo Tessari (Fed. Stas. Casas).
13 **Suplentes:** Barbara Pires (FIERGS), Mara Eliane (FETAG), Melissa Dorneles (CRPRS), Sandra
14 Schimit (MS/RS), Roberta da Silva (CORSAN), Simone Hahn (SIMERS). O presidente Cláudio
15 Augustin, da CUT-RS, começa a sessão com informes de expedientes, ele revela que a conselheira
16 Fabiana Andressa Rodrigues da Silva, que fazia parte da mesa, começou a trabalhar e não teve mais
17 como comparecer às reuniões, por isso ela será substituída pela Károl Veiga (FGSM). A suplente
18 passa a ser a Clarissa Dalagnoll (FGSM). Cláudio faz uma fala sobre a Conferência Nacional de
19 Vigilância em Saúde e suas implicações, ele diz que houve uma reunião com mais ou menos 40
20 delegados. O Presidente também informa que somente ontem o decreto foi publicado. Diz que
21 desde a saída do decreto no dia de ontem, está entrando em contato com Silvia pedindo informações
22 dos horários dos voos. Denize Cruz, Sindicato dos Enfermeiros, diz como foi a reunião com o
23 conselheiro Zé Hélio e o segmento dos trabalhadores da Dermato. Vera Cristina e Cristina Coelho
24 Veríssimo foram confirmadas para a próxima reunião. A pauta agora é o Hospital São Pedro. Károl
25 Veiga, FGSM, diz que a comissão se reuniu e avaliou o termo de cooperação do Hospital
26 Psiquiátrico São Pedro entregue pelo município em uma das plenárias. A conselheira afirma que a
27 Comissão já encaminhou a análise para a Mesa Diretora. O Presidente ressalta a importância de
28 formalizar a análise. A conselheira responde ao Presidente que isto pode ser formalizado via
29 comissão. Claudio diz que seria importante ter essa discussão com o controle social estadual e
30 municipal e com os gestores estaduais e municipais em função de tirar um entendimento que venha
31 para o Plenário. Ana Valls, Agapan, diz que o método correto seria a Comissão fazer um parecer e
32 submeter ele à Plenária e não a Mesa Diretora. A conselheira diz que após a apreciação da Plenária,
33 até uma resolução poderia ser produzida com objetivo de servir como documento nos processos do
34 Ministério Público. A pauta agora é a resolução elaborado pela Comissão de Fiscalização sobre o
35 Hospital Regional de Santa Maria. Ana Valls, Agapan, diz que a resolução elaborada pela Comissão
36 de Fiscalização sofreu algumas alterações e que agora a Plenária precisa dar o aval final. A
37 conselheira faz a leitura da versão final da resolução. O Presidente diz que é necessário incluir o
38 Congresso Nacional no documento, já que é uma Emenda Parlamentar e a verba veio de lá. A pauta
39 agora é a Programação Anual de Saúde 2018. O Presidente faz uma análise detalhada do PAS 2018
40 com muitos questionamentos principalmente voltados a redução do financiamento da Atenção
41 Básica. Camila Guaranha, Asseplan, faz algumas interferências e esclarece dúvidas. O presidente
42 afirma que essa é única maneira de comparar metas, diretrizes e ações porque as ações desta

43 Programação e das anteriores são as mesmas. O presidente define como assustador a situação
44 apresentada pelo PAS 2018. Aglaé Silva, SES, afirma que precisamos ouvir primeiro os técnicos,
45 para depois conseguirmos fazer um contraponto, pois da maneira como está sendo apresentada pelo
46 Presidente não está sendo claro. Ana Valls, Agapan, diz que para analisar o PAS 2018, a Plenária
47 deveria se lembrar de todos os RAG's que foram analisados. A conselheira comenta que, pelo que
48 está sendo apresentado, não dá para saber quais ações que não foram efetivas e que estão sendo
49 reprogramadas. Ela explica que há 4 anos para atingir as metas e critica a ausência de dados que
50 permitiriam ter uma real noção se as metas foram atingidas, reprogramadas ou trocadas. “Este PAS
51 2018 traz as metas e as ações só de 2018, então, eu não sei se aquela ação está sendo programada
52 somente para 2018 ou se é uma manutenção de 2017 e 2016”. Ana também diz que a programação
53 de 2018 está recheada de inconsistências, pois a meta é a enorme, mas ação é modesta demais. A
54 conselheira diz que a Comissão de Fiscalização fez uma análise da Programação Anual de Saúde de
55 2018. Ana lê o documento redigido pela Comissão. Ela informa que este documento foi enviado
56 para todos os conselheiros. Ela diz que a Comissão reprova o relatório e que “essa programação não
57 pode ser aprovada, já que ela tem uma informação que não é verdadeira”. Ana Valls finaliza dizendo
58 que se o Plenário aprovar essa programação de 2018, aceitará a mentira de 2016 anteriormente
59 rejeitada. Lotário Schilindwein (CGTB) informa que é necessário reorganizar as Comissões. Ele
60 afirma que se tivesse mais gente envolvida na Comissão de Fiscalização, por exemplo, haveria
61 melhor divisão e mais organização na análise destes números da Programação Anual de Saúde.
62 Jairo Tessari, Fed. Stas. Casas, diz que não acredita que a Plenária deva reprovar a Programação
63 Anual de Saúde 2018 se baseando apenas no requisito dos 12%, provenientes da arrecadação dos
64 impostos (LCP 141/2012). O Presidente Claudio Augustin, CUT-RS, apresenta outras razões para a
65 não-aprovação. Ele cita o desincentivo do financiamento da atenção básica, a indicação para a
66 reprovação por parte da Comissão de Fiscalização e também a aplicação mínima dos 12% (LCP
67 141/2012). Jairo Tessari, Fed. Stas. Casas, diz que veio defender que se fosse só pelos 12%, ele
68 votaria representando o segmento pela aprovação, mas como há outras razões apresentadas é
69 necessária maior avaliação. Károl Veiga, FGSM, diz que a Comissão de Saúde Mental analisou a
70 parte referente à saúde mental no PAS e também resolveu pela reprovação. Ela diz que na área da
71 saúde, o PAS apresenta estagnação, e o investimento foi para o equipamento que não resolve o
72 problema. “O modelo que resolve é da inserção, da vida em comunidade, da busca do trabalho”, diz
73 ela. Itamar Santos, Fetapergs, diz que quando se faz o cruzamento entre o Plano Anual com o
74 Orçamento é comprovada a reprovação por causa dos 12%. “É possível visualizar que além da
75 questão orçamentária, meramente financeira, nós temos uma compreensão de saúde que é muito
76 diferente”. A Mesa Diretora tenta marcar uma reunião pela segunda-feira de tarde para mais
77 esclarecimentos sobre o PAS 2018 com a presença das servidoras da Secretaria da Saúde. A Plenária
78 continua a apreciação da Programação Anual de Saúde para 2018. João de Deus, Fracab, diz que o
79 que está no horizonte das metas não é nada bom. Itamar Santos, Fetapergs, comenta sobre as
80 Conferências Estaduais, Municipais, Seminários Macrorregionais e os de Educação Permanente.
81 Ele cita a falta de estrutura técnico-administrativa do Conselho Estadual de Saúde. Jairo Tessari,
82 Fed. Stas. Casas, diz que o Conselho Estadual de Saúde sempre trabalhou “apagando incêndio” e
83 nunca com questões planejadas. Ele exemplifica como seria uma estrutura qualificada com
84 informações atualizadas para o bom funcionamento do Controle Social. Jairo cita a importância de
85 um Controle Social Estadual capacitado para fazer com que os Conselhos Municipais possam
86 trabalhar e se apoiar em conjunto em uma estrutura capacitada. O presidente cita as substituições
87 em peso nos últimos meses e afirma que “muitas vezes chegam conselheiros que não estão cientes
88 da estrutura do Controle Social, nem as suas responsabilidades ou atribuições”. Claudio diz que a
89 plenária deveria ter votado o Plano Estadual de Saúde em 2015 e ele só chegou em 2016. “Quando
90 chegou o Plano Estadual de Saúde, o Plano Plurianual já estava aprovado na Assembleia
91 Legislativa”, afirma. Ele também diz que o Conselho também não conseguiu discutir a Lei de
92 Diretrizes Orçamentárias antes de ir para Assembleia e nem o orçamento. “A PAS teria que ter
93 chegado em nós, antes da LDO”, diz o Presidente. Claudio Augustin, afirma que a Secretaria voltar
94 a falar sobre a pauta da Lei do Conselho. Károl Veiga, FGSM, diz que é necessário enxugar as

95 metas para o Conselho poder ser propositivo e acertá-la, devido ao momento de desmonte. Ela cita a
96 organização das Caravanas para o Encontro Nacional de Bauru e a falta de financiamento. “Os
97 movimentos sociais não estão só atrapalhados, eles estão desfinanciados também”. Jairo Tessari,
98 Fed. Stas. Casas, homenageia a presença do antigo conselheiro Odil Gomes. Ele caracteriza a
99 questão da lei do Conselho como prioritária e afirma que a situação do CES-RS atualmente não é
100 legal. “Acho que a gente tem que sentar e resolver quais são as nossas questões pétreas”, conclui.
101 Ana Valls, Agapan, relembra que o que está previsto no Plano Estadual de Saúde é a aprovação pela
102 Plenária de uma proposta de lei. Ana Valls, diz que “nós temos obrigações com o Controle Social,
103 que é a gente ter nas mãos o direito de dizer não e sim com relação a aquilo que é proposto pelos
104 governantes da vez”. Ela diz que o ideal seria aproveitar muito bem 20 plenárias anuais e ter, no
105 mínimo, 20 resoluções para “bater na porta” do Ministério Público/órgãos fiscalizadores com
106 subsídio para fazer valer o Controle Social. “O Estado está se propondo a negociar conosco, daí
107 pode sair a melhor lei possível, é óbvio que não vai sair cem por cento do que se quer, mas pode sair
108 até oitenta por cento”, diz Jairo Tessari. O presidente diz que mesmo que o Conselho fosse paritário,
109 e não é, seria ilegal porque nenhuma lei pode dizer quem representa a sociedade. “Só um processo
110 de eleição pode dizer quem representa a sociedade”, afirmou Claudio Augustin. O presidente diz
111 que não concorda com o conselheiro Tessari e revela que “nós não temos essa relação orgânica com
112 os Conselhos Municipais e é muito difícil conseguir”. Károl Veiga apresenta a Larissa, professora
113 da UFPEL. A pauta agora é relato de comissões. Ana Valls, Agapan, faz um relato da Comissão de
114 Fiscalização e diz que recebem constantemente auditorias da Secretaria da Saúde e do Denasus. Ela
115 faz uma fala sobre o documento recebido, que veio do Tribunal de Contas da União e avalia a
116 qualidade das auditorias. O presidente debate a convocação da presença da gestão nas comissões.
117 Nada mais havendo a tratar, Claudio Augustin deu por encerrada a reunião, da qual eu, Iury
118 Casartelli, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora.
119 Porto Alegre, 30 de Novembro de 2017.
120

Claudio Augustin
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice-Presidente do CES/RS

Denise Cruz
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenadora do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS